



Economia



A brasileira Maria Clara Bugarim pediu o empenho dos contabilistas no combate à corrupção. FOTOS JOANA SOUSA/ASPRESS

SOÇIEDADE SÓ É DECENTE QUANDO TIVER CONTAS CERTAS



A conferência da OCC decorreu à mesma hora do debate do Estado da Região. O contabilista Manuel Vieira lamentou que se tenha levado "40 anos sem prestar contas" mas congratulou-se com o debate, pois é um "accionista" da Região.

Conferência conclui que contabilistas têm hoje um papel económico e social, pois da sua ética depende o maior equilíbrio e sustentabilidade da sociedade



Manuel dos Santos denunciou que há controlos de contas que são uma farsa.

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mf Luis@dnoticias.pt

Os contabilistas têm um “papel essencial na construção de uma sociedade mais decente” e “são elementos fundamentais para o desenvolvimento económico e social do país”. As palavras foram proferidas pelo presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Manuel dos Santos, na conferência que, ontem, no Funchal, abordou ‘O Papel dos Contabilistas no Desenvolvimento do País’.

Ora a principal conclusão da iniciativa que reuniu diversos especialistas é que o contabilista deixou de ser o técnico que apenas elabora as demonstrações financeiras e preenche as declarações fiscais das empresas e organizações para passar a ser um profissional de ‘banda larga’ ou, nas palavras de Manuel dos Santos, um “criador de valor”.

O administrador do Savoy Bruno Freitas confirmou esta evolução. Hoje o contabilista dá informação relevante para a gestão da empresa e é uma voz valiosa em decisões de planeamento. “Se um empresário quer sair da Madeira tem de prestar informação aos seus parceiros, desde logo aos bancos. Se vou investir na América Latina não posso prestar informação relativa a Dezembro de 2015”, exemplificou o administrador madeirense.

O presidente da Assembleia Geral da OCC também defendeu que os profissionais deste sector devem ter um papel social e “contribuir para

que as empresas onde trabalham e a sociedade sejam melhores”. “A ética é um elemento fundamental para o comportamento dos contabilistas”, destacou o dirigente, que lembrou que neste sector há um código deontológico e controlo de qualidade da OCC muito exigentes e que os contabilistas têm um “dever acrescido de cidadania” pois deles depende um conjunto de informações importantes para o combate e à evasão fiscais.

“Não há controlo sobre políticos”

Neste capítulo, Manuel dos Santos entende que ainda há muito por fazer em Portugal e exemplificou: os detentores de cargos públicos são obrigados a apresentar uma declaração de rendimentos e do património mas “não há rigorosamente nenhum controlo” sobre tais declarações, as quais são “apenas mais uma das farsas que acontecem na vida pública portuguesa”. “Penso que é possível mudar as regras do jogo e fazer alguma coisa diferente e os contabilistas certificados têm que exigir a todos os cidadãos em geral e em particular aos profissionais que têm a ver com a contabilidade um comportamento técnico absolutamente irrepreensível, também um comportamento de transparência e independência”, completou o dirigente da OCC.

A presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICION), Maria Clara Bugariny, reconheceu que a corrupção é um dos principais males da sociedade e pe-

diu procedimentos mais apertados de controlo interno e externo nos organismos da administração pública, realçando neste aspecto o papel que os contabilistas têm no combate a este fenómeno. A especialista brasileira alertou que na administração pública ainda se vê o sigilo como a regra quando tal deve ser a excepção. Além do mais, a transparência é essencial para o controlo da corrupção. Neste domínio uma das medidas indispensáveis é a divulgação de salários e dos gastos no sector público.

A vice-presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Fernanda Cardoso, que encerrou a conferência de ontem, reconheceu que “os contabilistas têm um papel fundamental no futuro do país”, “desde logo no combate à economia paralela”. Na batalha contra a fuga e evasão fiscais, os contabilistas podem ter uma “acção pedagógica”.

Por outro lado, Fernanda Cardoso acha que a OCC tem um papel de relevo no esclarecimento da opinião pública e no fomento de uma sociedade mais bem informada, quer através das suas acções de formação quer de diversas outras iniciativas. A este propósito, desafiou a organização liderada por Domingues de Azevedo [ausente da conferência por motivo de doença] a publicar um novo anuário do sector empresarial do Estado, tal fez em 2010 e 2011, pois tal documento permite uma melhor compreensão e conhecimento da realidade económica do país.

PARTICIPANTES

“CMF em quatro anos vai devolver aos municípios 10 milhões de euros”

O presidente da Câmara Municipal do Funchal, Paulo Cafôfo, assegurou, na conferência da Ordem dos Contabilistas Certificados, que a autarquia que dirige “em quatro anos vai devolver aos municípios 10 milhões de euros” e que a economia local ganha dinâmica com a sua política de desoneração fiscal. “São receitas que não entram nos cofres da autarquia mas esses 10 milhões são uma mais-valia para as pessoas e para a dinamização da economia, porque temos mais moeda a circular”, afirmou o autarca, que descreveu que tal montante é o resultado da redução gradual do IMI até à taxa mínima de 0,3%, da



aplicação do IMI familiar a 8 mil agregados, da devolução de 1% da receita da comparticipação variável do IRS e de diversas reduções de taxas, licenças e parcómetros. Paulo Cafôfo disse ainda que tem

“procurado ter uma boa governança, uma boa gestão de recursos financeiros, com controlo rigoroso da despesa”. E adiantou que se antes a autarquia do Funchal tinha um prazo médio de pagamento aos fornecedores de 385 dias, neste momento o prazo médio é de 67 dias.

Por outro lado, apontou a evolução da dívida camarária: era de mais de 100 milhões de euros mas abateu 30 milhões de euros.

Atendimento prioritário nos balcões das Finanças

O director da Administração Tributária (AT) na Madeira, João Machado, defendeu que os contabilistas devem ter atendimento prioritário nos balcões de finanças, à semelhança do que já acontece com os advogados.



para que depois seja possível concretizar a regra do atendimento prioritário. Numa reacção a este desafio, o contabilista Manuel Vieira garantiu que a lei já confere aos contabilistas o direito ao atendimento preferencial nos balcões das finanças.

Uma sugestão avançada na conferência sobre ‘O Papel dos Contabilistas no Desenvolvimento do País’.

Na iniciativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, João Machado desafiou aquela organização a fazer um pedido formal à Autoridade Tributária

À margem, João Machado reconheceu que o “atendimento preferencial” já consta da lei mas esclareceu que aquilo que propõe é um “atendimento prioritário”, o que significa um nível de acesso ainda mais qualificado aos serviços.

Empresários que não pagam impostos são “a pior concorrência”

“A pior concorrência é a concorrência daqueles que não se esforçam por cumprir” o pagamento dos impostos e das contribuições para a Segurança Social. A opinião foi apresentada pela presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF), Cristina Pedra. Apesar desta posição favorável ao cumprimento das obrigações, Cristina Pedra foi crítica em rela-



ção à actuação do Estado no domínio tributário. Classificou como “péssima para os cidadãos” a falta de estabilidade legislativa e definiu como um “confisco” e como “absurda” a carga fiscal em vigor no país, pois torna-se “desmotivadora da iniciativa privada”. Tal problema será mesmo o motivo principal da recente quebra do investimento em Portugal.

FOTO JOANA SOUSA/ASPRESS



SOCIEDADE DECENTE É A QUE TEM CONTAS CERTAS

A ética dos contabilistas é garantia de equilíbrios, assunto que motivou debate organizado pela OCC **P.14 E 15**